

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.122 - BA (2019/0165758-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**REQUERENTE** : INTERPEL LIMITED SOCIEDAD LIMITADA  
**ADVOGADOS** : SAMUEL CORDEIRO FAHEL - BA011306  
CLÓVIS DA SILVA ANDRADE JÚNIOR - BA020746  
RAFAEL DE BRITO SANTOS E OUTRO(S) - BA038561  
**REQUERIDO** : JBS S/A  
**REQUERIDO** : CAMPELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

**DECISÃO**

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência, com caráter de contracautela, deduzido por INTERPEL LIMITED SOCIEDAD LIMITADA, com amparo nos artigos 294 e seguintes do CPC/15.

Sustentou a peticionária que a medida constitui via processual idônea para revogação do efeito suspensivo atribuído ao recurso especial pelo Tribunal de origem, apesar de não ter sido ainda realizado o juízo prévio de admissibilidade.

A fim de demonstrar a ausência do *fumus boni iuris* invocado pela parte adversa, alegou a requerente que o apelo nobre manejado pela JBS S/A está fadado ao insucesso, seja por reavivar matéria acobertada pela coisa julgada, seja por demandar reexame de provas. Ponderou que os argumentos despendidos pela ora requerida em seu recurso especial, relacionados com a desconsideração da personalidade jurídica, estão dissociados da fundamentação do acórdão recorrido, o qual tratou de sucessão empresarial. Ressaltou, por fim, que o entendimento adotado pelo Tribunal *a quo* está em sintonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior.

Apontou ausência de risco de dano à requerida, haja vista a irrisoriedade do valor executado frente à capacidade financeira da empresa demandada.

Pugnou, por fim, pela concessão da contracautela para cassar o efeito suspensivo atribuído ao recurso especial pela Presidência do Tribunal *a quo*.

Às fls. 2830-3138 e-STJ a parte trouxe informações acerca dos andamentos de demandas conexas na origem.

É o relatório.

Decido.

O pedido **não** comporta deferimento.

**1.** Inicialmente, destaca-se que a competência do Superior Tribunal de Justiça, para conhecer de pedido de tutela provisória em recurso especial, **somente se instaura após o exercício do juízo de admissibilidade pelo Tribunal de origem**, conforme regra inserta no art. 1.029, III, do CPC/15.

Igualmente, os enunciados sumulares 634 e 635 do STF orientam no sentido de que a competência dos Tribunais Superiores para apreciar requerimentos de tutela provisória relativos aos recursos dirigidos a essas instâncias **somente se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial**.

A título ilustrativo, confirmam-se os seguintes julgados deste STJ:

AGRAVO INTERNO. TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL.  
PENDÊNCIA DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PELO TRIBUNAL  
DE ORIGEM. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

MANUTENÇÃO DE POSSE. LIMINAR INDEFERIDA. POSSE INJUSTA. INVASÃO DO IMÓVEL PELOS ORAS AGRAVANTES. CIRCUNSTÂNCIA APURADA PELO TRIBUNAL 'A QUO'. TERATOLOGIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Competência do Tribunal de origem para apreciar pedido de tutela provisória referente a recurso especial pendente de admissibilidade, 'ex vi' do art. 1.029, § 5º, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

2. Inocorrência de teratologia no acórdão recorrido.

3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no TP 41/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO. PENDÊNCIA. INCOMPETÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. **Segundo a previsão expressa do art. 1.029, § 5º, do CPC/2015, a competência do STJ para apreciar requerimentos de tutela provisória somente se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial.** 2. No caso concreto, o recurso nem sequer foi interposto, a evidenciar a incompetência do STJ para examinar o pedido. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo interno, ao qual se nega provimento. (EDcl no TP 95/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017)

No caso em tela, verifica-se, a partir das informações trazidas pela própria requerente, não ter sido proferida decisão em juízo prévio de admissibilidade, de modo que a competência deste Tribunal Superior não foi inaugurada, impedindo a análise da tutela provisória almejada.

Acrescente-se que, em consulta ao sistema eletrônico do Tribunal de Justiça da Bahia, constatou-se que no recurso de apelação, autos nº 0519578-15.2016.8.05.001, origem do presente feito, estão pendentes de julgamento os embargos de declaração autuados sob os nºs 0519578-15.2016.8.05.0001/50002 e 0519578-15.2016.8.05.0001/50003, a corroborar o entendimento quanto a não ter sido iniciada a competência desta Corte Superior, uma vez que não houve esgotamento da matéria na origem.

**2.** Do exposto, com fulcro no artigo 288 do Regimento Interno do STJ c/c artigo 1.029, § 5º, inciso I, do CPC/2015, indefere-se liminarmente a pretensão cautelar deduzida por meio da presente tutela provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator